

Guaraciaba
Transmissora de
Energia (TP Sul) S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes

Veja as Notas 6.2 e 9 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

O reconhecimento do ativo da concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (*IFRS 15 - Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo.

Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) a leitura do contrato de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;
- (ii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e
- (iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com o cliente e as respectivas divulgações são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

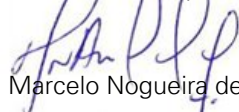
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	25.565	44.805	Fornecedores	12	18.144	16.336
Contas a receber	8	10.984	8.595	Impostos e contribuições sociais	13	1.428	1.160
Impostos a recuperar		785	291	Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	350	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		379	4.632	Empréstimos e financiamentos	14	25.321	23.136
Ativo de contrato	9	79.656	76.004	Debêntures	15	3.421	9.966
Caixa restrito	10	32.726	818	Salários e encargos		665	451
Almoxarifado Operacional	11	8.189	6.528	Dividendos a pagar	24.b	29.808	33.005
Outros ativos		6.779	9.201	Encargos setoriais		1.600	1.725
		<u>165.063</u>	<u>150.874</u>	Outros passivos		2.124	1.792
						<u>82.861</u>	<u>87.571</u>
Não circulante				Não circulante			
Caixa Restrito	10	22.975	17.394	Empréstimos e financiamentos	14	326.276	351.757
Ativo de contrato	9	1.251.357	1.230.480	Debêntures	15	120.525	109.596
Imobilizado		7.822	2.184	Provisão para Contingências	16	5.576	3.760
Intangível		248	210	Outros passivos		-	5.198
		<u>1.282.402</u>	<u>1.250.268</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	54.306	32.146
						<u>506.683</u>	<u>502.457</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	18.a	733.832	733.832
				Reserva legal	18.b	9.547	7.366
				Reserva de retenção de lucros	18.d	114.542	69.916
						<u>857.921</u>	<u>811.114</u>
Total do Ativo		<u>1.447.465</u>	<u>1.401.142</u>	Total do passivo e do patrimonio liquido		<u>1.447.465</u>	<u>1.401.142</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras .

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	19	114.571	105.642
Custo de construção		(8)	-
Custo de operação e manutenção - O&M	20	(7.274)	(20.536)
Lucro bruto		107.289	85.106
Despesas e Receitas operacionais			
Pessoal		(3.546)	(3.240)
Serviços de terceiros		(1.468)	(4.844)
Outros		558	(340)
Reversão de Contingências	16	3.306	-
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		106.139	76.682
Receitas financeiras	21	1.637	4.363
Despesas financeiras	21	(40.520)	(46.911)
Resultado financeiro (líquido)		(38.883)	(42.548)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		67.256	34.134
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos	17	(23.646)	10.574
Lucro líquido do exercício		43.610	44.708
Resultado por ações (R\$)		0,06	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do período	43.610	44.708
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do período	<u>43.610</u>	<u>44.708</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Total
	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	803.832	5.131	38.061	-	847.024
Redução de capital	(70.000)	-	-	-	(70.000)
Lucro Líquido do período	-	-	-	44.708	44.708
Constituição de reserva legal	-	2.235	-	(2.235)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(10.618)	(10.618)
Reserva de retenção de lucros	-	-	31.855	(31.855)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	733.832	7.366	69.916	-	811.114
Reversão de Dividendos não reclamados	-	-	-	13.554	13.554
Lucro Líquido do período	-	-	-	43.610	43.610
Constituição de reserva legal	-	2.181	-	(2.181)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(10.357)	(10.357)
Reserva de retenção de lucros	-	-	44.626	(44.626)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	733.832	9.547	114.542	-	857.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social	67.256	34.134
Ajuste para:		
Remuneração do ativo de contrato	(98.441)	(96.625)
Depreciação	4	22
Despesas de juros de empréstimos e debêntures e custos	40.117	45.385
Provisão (reversão) Contingência	(3.382)	3.563
(Aumento)/redução nos ativos e Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Contas a receber	(2.389)	1.618
Imposto a recuperar	(494)	1.227
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	4.253	(5.726)
Almoxarifado Operacional	(1.661)	(1.387)
Outros ativos	2.422	(5.656)
Ativo de contrato	73.912	72.770
Fornecedores	1.808	6.708
Impostos e contribuições sociais	267	(1.437)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(34)	2.866
Salários e encargos	214	139
Encargos setoriais	(125)	616
Outros passivos	332	110
Disponibilidade proveniente das atividades operacionais	84.059	58.327
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(34.690)	(39.603)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.100)	(3.887)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	48.269	14.837
Fluxo de caixa da atividade de investimento		
Caixa Restrito	(37.490)	(2.528)
Aquisição de Imobilizado	(5.642)	(2.178)
Intangível	(38)	(115)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(43.170)	(4.821)
Fluxo de caixa da atividade de financiamento		
Pagamento de principal - Empréstimos e debêntures	(24.339)	(21.402)
Dividendos pagos	-	(10.000)
Redução de capital	-	(70.000)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(24.339)	(101.402)
Redução do caixa e equivalente de caixa	(19.240)	(91.386)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	44.805	136.191
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	25.565	44.805
Redução do caixa e equivalente de caixa	(19.240)	(91.386)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 12º andar, Centro, no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A Companhia foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), e Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel”), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2012 (“Leilão”), realizado pela ANEEL.

a. Da concessão

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote B, formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão, no valor de R\$ 73.080 mil, é reajustada de tempos em tempos, tendo sido o último reajuste em julho de 2020, quando a RAP passou a R\$ 98.867 mil.

Em setembro de 2016 a Companhia recebeu do ONS o Termo de Liberação Provisória (TLP) para início do escoamento parcial entre os trechos desde a subestação de Ribeirãozinho até a subestação de Marimbondo II, da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires.

Em 16 de fevereiro de 2018, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 30 de janeiro de 2018, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

c. Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação (LO) expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 30 de agosto de 2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

d. Efeitos da pandemia de Covid-19 causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2)

(i) Contexto Geral

A rápida disseminação do vírus SARS-COV-2, comumente chamado de Coronavírus e da doença a ele correlacionada, a COVID-19, cujos primeiros diagnósticos ocorreram em dezembro de 2019, levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar, em 11 de março de 2020, a doença como uma pandemia global, conduzindo os governos de praticamente todos os países a implementarem medidas de afastamento social de suas populações para conter a velocidade de contágio. Tais medidas levaram a uma recessão econômica em escala mundial, devido principalmente à disrupção das cadeias de suprimento e à interrupção de atividades em diversos setores da economia, consequentemente causando volatilidade nos preços de ativos, nas taxas de câmbio e nos juros.

Em resposta aos efeitos da desaceleração econômica, os governos anunciaram pacotes de estímulos econômicos e alívio humanitário para minimizar o impacto inicial da COVID-19, permitindo a superação da recessão econômica.

(ii) Ações implementadas pelo Governo Brasileiro e pela ANEEL

No Brasil, o Governo Federal tem centralizado as medidas de auxílio econômico e financeiro, por meio dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como das Agências Reguladoras, visando apoiar as empresas e demais setores da economia na mitigação dos efeitos e na superação de uma potencial crise econômica. Dentre os atos legislativos, cabe destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública permitindo ao governo a adoção de uma série de ações, bem como garantindo agilidade nos atos da administração pública.

A ANEEL tem evitado ações com alto impacto econômico ou que pressionem em demasia as tarifas pagas pelos consumidores finais de energia elétrica, pautando suas medidas pela necessidade de quantificação dos desequilíbrios financeiros e econômicos, na preservação dos contratos e na modicidade e estabilidade das tarifas no médio e longo prazo. Este viés da agência visa evitar a criação de um círculo vicioso de inadimplência e conseqüentemente um desequilíbrio dos contratos. A Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL traz a avaliação inicial dos efeitos da pandemia de COVID-19 no setor elétrico brasileiro, com apresentação de propostas a serem avaliadas, no curto e médio prazo, para seu enfrentamento.

Por meio da análise dos índices de inadimplência da Companhia, é possível afirmar que a estratégia adotada pela ANEEL logrou êxito. As medidas de liquidez implementadas para a preservação do setor foram eficientes em atingir seu objetivo por terem sido direcionadas para o segmento de distribuição. Este segmento pode expor o setor elétrico aos impactos da crise econômica por (i) se tratar do principal responsável pela geração de receita do setor elétrico, arcando com parcela relevante dos pagamentos dos segmentos de geração e transmissão e (ii) ter sido atingido pela redução de demanda no segmento de consumo, após fechamento de estabelecimentos industriais e comerciais e por um possível aumento da inadimplência, tendo em vista a proibição temporária da suspensão de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Uma das medidas de liquidez anunciadas pela ANEEL com impacto direto sobre o segmento de transmissão, é a utilização dos saldos remanescentes das apurações mensais de encargos de transmissão para aliviar os custos de transmissão do segmento de consumo. Neste sentido, em 20 de abril de 2020, por meio do Despacho nº 1.106, fundamentado pela Nota Técnica nº 42/2020-SRT/SGT/ANEEL a ANEEL autorizou o ONS a deduzir os Encargos de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica (EUST-RB), do segmento consumo, aos quais foram estabelecidos na Apuração Mensal dos Serviços e Encargos de Transmissão (AMSE) dos meses de abril, maio e junho de 2020.

A utilização desse saldo remanescente equivale à antecipação da Parcela de Ajuste (PA), que seria considerada a partir do Ciclo Tarifário 2020/2021, que iniciou-se em 1º de julho de 2020. A redução dos encargos dos meses de abril, maio e junho de 2020, aliviou os custos de transmissão para o segmento de consumo e contribuiu para evitar inadimplências no segmento de transmissão. Porém, embora essa medida tenha impactado de imediato o fluxo de caixa da Companhia, não gera efeitos econômicos, uma vez que apenas antecipa a devolução das sobras financeiras que se daria ao longo do Ciclo Tarifário 2020/2021. Além disso, a posição de caixa da Companhia até a presente data não sofreu impacto relevante derivado da antecipação da Parcela de Ajuste, estando em patamares próximos àqueles considerados no cenário-base, conforme apresentado no exercício de 2020..

(iii) Medidas adotadas pela Companhia

A Companhia tem sua atividade enquadrada no rol de atividades essenciais e, por isso, implementou uma série de medidas para manter a normalidade de suas operações, em linha com as recomendações dos órgãos governamentais e buscando preservar seus colaboradores, além de evitar a propagação da doença.

a. Ações com foco em suas atividades e pessoas

A Companhia definiram as principais ações adotadas para proteção e prevenção dos efeitos do COVID-19 nas subestações e linhas de transmissão em um Plano que foi distribuído entre seus funcionários e fornecedores. Dentre essas ações cabe destacar as seguintes:

- Fornecimento de máscaras a todos os colaboradores, com instruções específicas para uso;
- Fornecimento de álcool em gel para todas as localidades;
- Fornecimento de luva para todas as localidades;
- Fornecimento de água e sabão para equipe de Linha de Transmissão em atividade;
- Orientação de isolamento as equipes de Linha de Transmissão após as atividades;
- Realização DDS sobre COVID-19 com a equipe de Linha de Transmissão em atividade;
- Medição de temperatura para acompanhamento do estado de saúde;
- Revezamento das equipes para evitar aglomerações no local de trabalho;
- Utilização de banco de horas e férias individuais;
- Readequação das escalas de trabalho: As escalas de permanência em alojamento foram estendidas para 12 dias em alojamento seguidos por 12 dias de descanso como forma de reduzir a circulação de empregados, aumentar os períodos de isolamento e reduzir riscos de contaminação;
- Viagens exclusivamente para serviços inadiáveis e prementes e que expõem a operação a riscos bem como preventivas próximas as bases ou mais importantes;
- Disponibilização de declaração para livre circulação de colaboradores para os estritos fins de prestação do serviço essencial de transmissão de energia àqueles que impreterivelmente precisam se deslocar;
- Contato com os prestadores de serviço alocados em nossas subestações para acompanhar os procedimentos realizados em período de COVID-19;
- Comunicados semanais de orientações contra o COVID-19;
- Redução de colaboradores autorizados a circular simultaneamente dentro do mesmo veículo da empresa e higienização interna dos automóveis;
- Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados;
- Redução do trânsito de pessoas nas instalações das empresas.

Para o escritório central no Rio de Janeiro foram adotadas as seguintes ações:

- Fornecimento de máscaras com instruções específicas para uso;
- Fornecimento de álcool em gel para todos os colaboradores e em locais estratégicos do escritório;
- Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados;
- Medição de temperatura para acompanhamento do estado de saúde;
- Adoção do trabalho em home office a partir de 16.03.2020;
- Adotada a prática de reuniões diárias por teleconferência entre os grupos de O&M e Administrativo/Financeiro com os diretores, para direcionamento das ações;
- Viagens exclusivamente para serviços inadiáveis;
- Comunicados semanais de orientações contra o COVID-19;
- Redução do intervalo entre higienizações dos locais de trabalho e equipamentos utilizados;
- Redução do trânsito de pessoas nas instalações das empresas

b. Ações com foco econômico-financeiro

Considerando o cenário atípico atualmente vivenciado, com efeitos potencialmente imprevisíveis, não é possível precisar totalmente os impactos nas operações da Companhia no médio prazo. Ainda é preciso reconhecer que há certo grau de incerteza quanto aos efeitos da pandemia na economia e por quanto tempo esses efeitos irão perdurar. Porém, decorridos 6 meses do início das medidas de afastamento social, não há impacto relevante na geração de receita ou nos custos que importem em alteração significativa no acompanhamento orçamentário até a presente data.

A Companhia não enxerga qualquer sinal de anormalidade nas operações e não chegou ao seu conhecimento qualquer outro evento que possa ser interpretado como indicativo de que possam ter suas operações e/ou situação econômico-financeira impactada.

Para pautar suas ações, a administração da Companhia monitora os fluxos de caixa buscando identificar desvios considerados relevantes, por meio de revisões mensais das projeções e da inclusão do realizado no período. Como já informado, o efeito da pandemia ainda é pequeno se considerado o impacto em receita e custos, não trazendo variações significativas quando se leva em consideração o caixa acumulado.

Visando o aumento da liquidez durante o período de incerteza, a Companhia adotaram as seguintes ações:

- Postergação do recolhimento, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020;
- Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020;
- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020.

(iv) Impacto nas Demonstrações Financeiras

A Companhia entende que não existe risco relevante de inadimplência de seus clientes, considerando o quanto verificado nos últimos 90 dias, além de seu faturamento ser pulverizado e haver garantia que cobre as obrigações e pode ser acionada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Na data de assinatura deste memorando não havia variação significativa no índice de inadimplência e esta se relacionava principalmente a clientes que discutem a exigibilidade de pagamento perante o ONS. Desta forma, não foi considerado nenhum valor para PCE ou a possibilidade de redução no valor recuperável de ativos não financeiros (impairment), tendo ainda em vista o êxito das medidas implementadas pela ANEEL para contenção dos impactos da crise econômica sobre o setor elétrico.

Ressalta-se ainda que, até o momento, não houve necessidade de a Companhia realizar a revisão do seu planejamento estratégico, pois as projeções de caixa têm se confirmado conforme cenários otimistas. As rupturas das cadeiras de fornecimento não afetaram os negócios da Companhia uma vez que os contratos e ordens de compra estratégicos estavam fechados antes do início da pandemia e as atividades transcorrem normalmente.

2 Base de preparação

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 10 de Março de 2021.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as Demonstrações financeiras

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Ativo de contrato e remuneração do Ativo de contrato

A Companhia mensura o Ativo de contrato no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo de contrato (“TRAF”) é estimada pela Companhia por meio de avaliações financeiras, utilizando-se de componentes internos e externos de mercado.

O saldo do Ativo de contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos e, se necessário, busca dados de referência de suas acionistas, para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

b. Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

c. Determinação da taxa efetiva de juros do Ativo de contrato

A taxa efetiva de juros corresponde à taxa implícita, ou seja, a taxa de desconto que zera o fluxo de pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a Companhia revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada como Ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos de caixa reais estimados e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.

d. Margem, receita e custo de construção

A Companhia reconhece em suas Demonstrações financeiras margem de lucro sobre os valores registrados a título de receita de construção da infraestrutura de transmissão com base em avaliação do contrato no início da concessão. A construção é efetuada por terceiros, tendo em vista a natureza principal da companhia ser de uma concessionária de transmissão de energia elétrica.

e. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

f. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte de autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores. Interpretações divergentes dos regulamentos tributários, pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 17.

5 Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas Demonstrações financeiras .

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

6.2 Ativo de contrato

As transmissoras se enquadram nos termos do CPC 47, já que a natureza de seu negócio pressupõe o direito à contraprestação pela disponibilização de bens e serviços, condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo. Com isso, as contraprestações financeiras passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As adições decorrentes da infraestrutura de transmissão também são registradas como Ativo de contrato.

6.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

6.4 Outros ativos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

6.5 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

6.6 Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

6.7 Receita de remuneração do ativo de contrato

Refere-se à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura para transmissão de energia elétrica e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento (contrato de concessão) sobre o valor do investimento.

6.8 Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

6.9 Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

6.10 Despesas de juros de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

6.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

6.11.1 *Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial, como ativo ou passivo fiscal, pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, como reflexo das incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.11.2 *Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos*

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de Demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

6.12 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) à alíquota de 9,25%;

- Reserva Global de Reversão (RGR) quotas anuais definidas com base em 2,5% do investimento “pro rata tempore”, observado o limite de 3,0% das receitas da concessionária. É usada para financiar a reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL;
- As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa ANEEL nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

6.13 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e, outros passivos financeiros.

a. Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desconhecimento

A Companhia reconhece os ativos financeiros, referentes aos contratos de concessão, e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desconhece um Ativo de contrato quando e se os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando e se a Companhia vier a transferir os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um Ativo de contrato em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro Ativo de contrato são transferidos.

A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado do exercício.

c. Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

7 Caixa e equivalentes de Caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos conta movimento	308	6.778
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	13.294	17.353
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	11.963	20.674
	<u>25.565</u>	<u>44.805</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8 Contas a receber de clientes

	31/12/2020	30/12/2019
Vencidos acima de 90 dias	200	407
Vencidos de 61 a 90 dias	11	20
Vencidos até 60 dias	32	46
A vencer	10.741	8.122
	<u>10.984</u>	<u>8.595</u>

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da fiança bancária fornecida pelos usuários do Sistema de Transmissão, no âmbito do Contrato de Utilização do Sistema de Transmissão (CUST), relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária. Além disso, os débitos vencidos acima de 120 dias têm sua exigibilidade suspensa por decisão judicial enquanto os usuários discutem sua aplicabilidade com o ONS.

9 Ativo de contrato

A seguir é apresentada a composição do Ativo de Contrato da Companhia:

	31/12/2019	Receita de construção	Receita de O&M	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2020
Ativo financeiro	1.306.484	8	31.700	98.441	(105.620)	1.331.013
Circulante	76.004	-	-	-	-	79.656
Não circulante	1.230.480	-	-	-	-	1.251.357

10 Caixa Restrito

O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures, constituídas em garantia ao Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia (vide notas 14 e 15). O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas nos instrumentos contratuais, sendo ajustado periodicamente conforme apuração realizada pelo banco administrador e pelo agente fiduciário, representante dos debenturistas. A totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

Devido ao não atingimento do ICSD em 2019, a Companhia realizou o depósito do Montante de Complementação do ICSD em conta específica, atendendo à determinação da escritura da segunda emissão de debêntures e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e outras avenças. O depósito foi realizado em duas datas, a saber 31/08/2020 e 14/09/2020, conforme deliberado na Assembléia Geral de Debenturistas realizada em 24/08/2020. Igualmente, após notificação do BNDES a Companhia procedeu à dobra do montante mantido na Conta Reserva do BNDES, passando de 3 para 6 parcelas.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme segue:

	31/12/2019	Movimentação	31/12/2020
Complementação ICSD	-	25.073	25.073
Pagamento de Debêntures	818	149	967
Reserva de Debêntures	5.290	(51)	5.239
Reserva BNDES	12.104	12.318	24.422
	18.212	37.489	55.701
		31/12/2020	31/12/2019

Circulante	32.726	818
Não circulante	<u>22.975</u>	<u>17.394</u>
	<u>55.701</u>	<u>18.212</u>

11 Almojarifado Operacional

	31/12/2019	Movimentação	31/12/2020
Almojarifado de Manutenção e Operação	717	206	923
Transformação, Fabricação e Reparos de Materiais	<u>5.811</u>	<u>1.455</u>	<u>7.266</u>
	<u>6.528</u>	<u>1.661</u>	<u>8.189</u>

12 Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	6.214	6.211
China Epri Science & Technology C.	7.419	7.577
Nari Brasil Holding (a)	4.129	140
Tabocas Participações	-	927
Siemens Ltda	-	997
Outros	<u>382</u>	<u>484</u>
	<u>18.144</u>	<u>16.336</u>

(a) Os valores referem-se a fornecimento de equipamentos sobressalentes.

Durante o período de maior incerteza em relação aos possíveis impactos advindos da crise econômica ocasionada pela pandemia de COVID-19. A Companhia adotou medidas de manutenção da liquidez e com este intuito negociou a postergação de faturas para pagamento em 31 de março de 2021.

13 Impostos e contribuições sociais

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda retido na fonte	21	25
Contribuição social	18	18
Pis/Cofins/CSLL	12	-
Pis/Pasep	157	122
Cofins	726	562
INSS retido a recolher	67	1
ISS	<u>427</u>	<u>432</u>
	<u>1.428</u>	<u>1.160</u>

14 Empréstimos e financiamentos

Abaixo está o saldo da dívida com o BNDES em 31/12/2020:

	31/12/2019	Juros apropriados	Amortização de Juros	Amortização de principal	31/12/2020
BNDES - Subcrédito A	359.759	24.568	(24.773)	(22.132)	337.422
BNDES - Subcrédito B	<u>15.134</u>	<u>979</u>	<u>(987)</u>	<u>(951)</u>	<u>14.175</u>
	<u>374.893</u>	<u>25.547</u>	<u>(25.760)</u>	<u>(23.083)</u>	<u>351.597</u>
				31/12/2020	31/12/2019
Circulante				<u>25.321</u>	<u>23.136</u>
Não circulante				<u>326.276</u>	<u>351.757</u>
				<u>351.597</u>	<u>374.893</u>

Em 28 de setembro de 2016, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 440.000. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da Companhia, sob a forma de três subcréditos:

Subcrédito “A”

No valor de R\$ 420.000 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,42% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi liberado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031.

Subcrédito “B”

No valor de R\$ 17.854 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

Subcrédito “C”

No valor de R\$ 2.200 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal da dívida deve se pago

ao BNDES em 150 prestações mensais e sucessivas. Esta linha de crédito ainda não começou a ser utilizada.

Em 31 de dezembro de 2020, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
BNDES Subcrédito A	24.281	25.951	27.718	29.605	229.867	337.422
BNDES Subcrédito B	<u>1.040</u>	<u>1.107</u>	<u>1.178</u>	<u>1.254</u>	<u>9.596</u>	<u>14.175</u>
	<u><u>25.321</u></u>	<u><u>27.058</u></u>	<u><u>28.896</u></u>	<u><u>30.859</u></u>	<u><u>239.463</u></u>	<u><u>351.597</u></u>

Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

Principais cláusulas restritivas do BNDES

Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;

Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e

Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

15 Debêntures

Além do contrato de financiamento com BNDES, em 2018 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única para distribuição pública com esforços restritos, conforme ICVM 476, tendo a liquidação ocorrido em 03 de outubro de 2018. A emissão ocorreu nos termos da Lei 12.431/11, conforme alterada, tendo em vista o enquadramento do Projeto pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431);
- Código do ativo registrado na CETIP: TPSU12;

- Rating da emissão: AA+ (Fitch Ratings);
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;
- Data de emissão: 15/07/2018;
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019;
- Data de vencimento: 15/12/2030;
- Quantidades de debêntures emitidas: 118.000;
- Tipo de Remuneração: IPCA;
- Taxa de Juros/Spread: 7,3870% a.a.;
- Garantias compartilhadas com o BNDES.

A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

	31/12/2019	Juros	Juros	Principal	Amortização	31/12/2020
		pagos	pagos	pago	custo de	
					transação	
Debentures	122.127	14.336	(8.930)	(1.256)	-	126.277
Custo de Transação	(2.565)	-	-	-	234	(2.331)
	<u>119.562</u>	<u>14.336</u>	<u>(8.930)</u>	<u>(1.256)</u>	<u>234</u>	<u>123.946</u>

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante	3.421	9.966
Passivo não circulante	<u>120.525</u>	<u>109.596</u>
	<u>123.946</u>	<u>119.562</u>

Em 31 de dezembro de 2020, o cronograma de vencimento das Debêntures está detalhado a seguir:

	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Debêntures	<u>3.421</u>	<u>6.303</u>	<u>11.696</u>	<u>13.206</u>	<u>89.320</u>	<u>123.946</u>
	<u>3.421</u>	<u>6.303</u>	<u>11.696</u>	<u>13.206</u>	<u>89.320</u>	<u>123.946</u>

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2, a partir de 31/12/2019, e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% durante toda a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2020 todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia.

16 Provisão para contingências

A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas a: (i) Causas Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (pleiteando a responsabilidade subsidiária da companhia), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; (ii) Servidões Administrativas e (iii) Ação Indenizatória, que ocorre quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (espólios com inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). Decorrem também da intervenção no uso do capital de terceiros, seja na qualidade de confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.

As contingências provisionadas estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	308	454
Cível (a)	5.268	-
Fiscais (b)	-	3.306
	5.576	3.760

- (a) A totalidade dos processos judiciais cíveis classificadas como prováveis se refere a ações movidas pela Companhia contra proprietários de terras para a constituição de servidão necessária para a passagem da linha de transmissão. No ano anterior essa provisão estava classificada no grupo de outros passivos circulantes.
- (b) Referente a redução do montante provisionado, inicialmente a companhia considerou a probabilidade de perda como provável em uma causa fiscal, levando em conta apenas a fase administrativa e a jurisprudência pertinente. Posteriormente, levando-se em conta que, em caso de insucesso na via administrativa, a questão deverá ser levada ao judiciário, e tendo-se em vista que a matéria não possui posição consolidada na jurisprudência judicial (favorável ou desfavorável), nossos advogados entendem que, atualmente, o prognóstico de perda efetiva (considerando a via administrativa e a via judicial) é possível.

As contingências com prognóstico de perda possível estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	1.358	-
Cível (c)	6.545	28.673
Ambiental	506	-
Fiscais	3.388	-
	11.797	28.673

- (c) Parte substancial dos valores apresentados em causas cíveis é relacionado a servidão administrativa, para a passagem da Linha de Transmissão, estando as ações garantidas mediante depósito dos valores, em dinheiro, ao juízo.

17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no prejuízo fiscal e na base negativa foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

O valor do passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo de contrato.

Imposto de Renda e Contribuição social diferidos passivos

Base de cálculo

Rendimento do ativo de contrato acumulado em 31/12/2020

		556.692
Imposto de renda	25%	139.173
Ajuste de adicional		(169)
Contribuição social	9%	50.102
Amortização		<u>(47.862)</u>
Saldo em 31/12/2020		<u>141.244</u>
Saldo em 31/12/2019		<u>119.721</u>

Imposto de Renda e Contribuição social diferidos ativos

Base cálculo

Prejuízo fiscal acumulado em 31/12/2019

		64.393
Imposto de renda	25%	-
Compensação		<u>(467)</u>
Saldo em 31/12/2020		63.926

Base negativa em 31/12/2019

		23.182
Contribuição social	9%	-
Compensação		<u>(170)</u>
Saldo em 31/12/2020		23.012

Total em 31/12/2020

86.938

Total de 31/12/2019

87.575

Imposto diferido líquido

Saldo em 31/12/2020

54.306

Saldo de 31/12/2019

32.146

Efeito no resultado

31/12/2020 31/12/2019

Imposto de renda e csll diferidos

Rendimentos sobre ativos de concessão	98.441	30.086
Efeitos ICPC 01	77.991	-
Efeitos CPC47	(76.004)	<u>-</u>

Base de Cálculo		100.428	30.086
Imposto de renda diferido	25%	25.107	14.327
Ajuste de adicional		(24)	-
Contribuição social diferida	9%	9.039	2.708
Amortização		(12.598)	(28.042)
Total Diferido		21.524	(11.007)
Alíquota efetiva			
Imposto de renda		25%	48%
Contribuição social		9%	9%
Imposto de renda e csll correntes			
Lucro líquido antes dos impostos		67.256	34.134
Adições ao resultado		188.280	212.298
Exclusões ao resultado		(249.218)	(234.691)
Lucro real		6.318	11.741
Imposto de renda corrente	25%	1.580	2.935
Ajuste de adicional		(24)	(24)
Contribuição social corrente	9%	569	1.047
Ajuste Base		(2)	-
Ajustes de exercício anterior		-	3.525
Compensação do benefício fiscal		-	(7.050)
Total imposto de renda e contribuição social correntes		2.122	433
Alíquota efetiva			
Imposto de renda		2%	9%
Contribuição social		1%	3%
Total de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		23.646	(10.574)

Abaixo está apresentada a movimentação financeira das contas de impostos, considerando os valores pagos via compensação. Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social pagos também consideram as amortizações do prejuízo fiscal e da base negativa, conforme demonstrado:

	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Adições 2019	319	271	590
Compensações 2019	(1.491)	(680)	(2.171)
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	(1.756)	(699)	(2.455)
Saldo em 31/12/2019	(2.928)	(1.108)	(4.036)

Adições 2020	1.555	567	2.122
Compensações 2020	(489)	(183)	(672)
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	(813)	(287)	(1.100)
Saldo em 31/12/2020	<u>253</u>	<u>97</u>	<u>350</u>

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 08 de fevereiro de 2019, a Companhia efetuou a devolução do montante relativo a redução de capital proporcional às composições acionárias, no montante de R\$ 70.000 (setenta milhões de reais), conforme aprovação na Ata de AGE de 22 de outubro de 2018, devidamente registrada na JUCERJA em 05/02/2019 sob nº 00003506370.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 733.832.303,20 (setecentos e trinta e três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e três reais e vinte centavos) dividido em 733.832.303 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2020	31/12/2019
State Grid Brazil Holding S.A.	374.254	374.254
Copel Geração e Transmissão S.A.	<u>359.578</u>	<u>359.578</u>
	<u>733.832</u>	<u>733.832</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76.

d. Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de Reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, conforme Ata de AGO de 22 de abril de 2021.

19 Receita operacional líquida

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Receita de Construção (a)	8	24
Remuneração dos ativos de contrato	98.441	96.625
Receita de Operação e Manutenção	<u>31.700</u>	<u>23.589</u>
Receita operacional bruta	<u>130.149</u>	<u>120.238</u>
Deduções da receita operacional		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(901)	(821)
Reserva global de reversão - RGR	(4.233)	(4.224)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(368)	(359)
Pis	(1.797)	(1.640)
Cofins	<u>(8.279)</u>	<u>(7.552)</u>
Total receita operacional líquida	<u><u>114.571</u></u>	<u><u>105.642</u></u>

20 Custo de operação e manutenção

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Custo de operação e manutenção		
Pessoal	(2.369)	(1.683)
Materiais	(35)	(12)
Serviços de terceiros (a)	(4.183)	(13.188)
Arrendamentos e aluguéis	(249)	(130)
Seguros	(478)	(931)
Doações, contribuições e subvenções	(29)	(79)
Provisão para litígios	(412)	(4.988)
Recuperação de despesas	<u>481</u>	<u>475</u>
Total	<u><u>(7.274)</u></u>	<u><u>(20.536)</u></u>

- (a) A redução dos gastos com serviços de terceiros deve-se ao encerramento de contrato de O&M e do contrato de Compartilhamento de Custos de Instalação (CCI). Devido a pandemia da COVID-19 também foram reduzidos os gastos com compensação ambiental e viagens.

21 Receitas (despesas) financeiras

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.580	4.413
Variações monetárias ativas	50	120
Juros sobre recebimentos	77	42
Outras receitas financeiras	9	-
Pis sobre receitas financeiras	(11)	(30)
Cofins sobre receitas financeiras	(68)	(182)
	<u>1.637</u>	<u>4.363</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas	(7)	(1.028)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(39.883)	(45.150)
Outras despesas financeiras	(630)	(733)
	<u>(40.520)</u>	<u>(46.911)</u>
Total	<u>(38.883)</u>	<u>(42.548)</u>

22 Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir as estratégias de controle e as ações para mitigação dos riscos e subsequentemente para monitorar esses riscos.

A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha o cumprimento do plano de gerenciamento de riscos, revisando sua estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito também com base nas políticas dos acionistas da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas.

a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	25.565	44.805
Conta a receber	10.984	8.595
Caixa restrito	55.701	18.212
	<u>92.250</u>	<u>71.612</u>

Caixa e equivalentes de caixa

Representado pelo valor mantido em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. A política de abertura de contas bancárias e aplicações financeiras restringe o relacionamento com instituições bancárias com rating mínimo de AA+. As aplicações devem ser feitas predominantemente em CDB.

Contas a receber

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”), celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Carta de Fiança Bancária - CFB e ii) Contrato de Constituição de Garantia - CCG.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário - CFB.

Caixa restrito

Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de *commodities* e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de riscos.

- **Risco de taxa de juros:** Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras CDB-DI	25.257	38.026

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros em aberto ao fim do período deste relatório. Para elaboração da análise de sensibilidade, considera-se a curva histórica dos índices econômicos, bem como projeções divulgadas por entes com reconhecimento de mercado.

Para aplicações financeiras, a política de investimentos da companhia restringe-se a instrumentos de renda fixa, estando sua exposição atrelada principalmente ao risco de variação do CDI, porém somente em relação aos ganhos financeiros, não havendo impacto nas contas de ativo.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - financiamentos

Com relação aos empréstimos e financiamentos, a exposição da companhia está relacionada à variação da TJLP, indexador do Contrato de Financiamento com o BNDES, e ao IPCA, indexador da Segunda Emissão de Debêntures.

As projeções indicativas para a variação da TJLP nos próximos meses são de queda de 80 pontos-base, não trazendo alterações materialmente relevantes para o total de despesas financeiras da companhia no próximo período.

Espera-se que o IPCA seja impactado pela desaceleração econômica, refletindo-se na projeção de redução acentuada no segundo e terceiro trimestre de 2020. Essa redução irá impactar o acumulado no ano que projeta-se será até 50% inferior ao acumulado de 2019, diferença de 270 pontos-base. Desta forma, eventual impacto teria efeito redutor na despesa financeira, uma vez que as debêntures tem sua remuneração atrelada a esse índice.

Dessa forma, a companhia não considera possível o aumento da TJLP ou do IPCA no exercício de 2020 que venha a causar impacto materialmente relevante nas contas de passivo.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, ainda que não haja desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão. A Companhia mitiga o risco de perda de ativos mediante a contratação de cobertura securitária para a totalidade dos ativos de transmissão.
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP.

O risco de atrasos na construção de novas instalações pode estar ligado ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, contratando cobertura para a totalidade de seu ativo e limitando os valores de indenização com base em estudos de perda máxima provável, resultando em elevados níveis de cobertura securitária.

22.1 Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a Receber	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - contas correntes e aplicações financeiras conforme posição dos extratos bancários.
- **Caixa restrito** - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures.
- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- **Debêntures** - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures e são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

23 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Na data de fechamento deste relatório, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Limite máximo de indenização	Apólice
	Início	Fim		
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	11/04/2020	11/04/2021	R\$ 20.000	1001000001150
Riscos Operacionais	12/04/2020	12/04/2022	R\$ 150.000	1009600000285
Responsabilidade Civil	27/12/2020	12/04/2021	R\$ 10.000	5100001025

A Garantia de Fiel Cumprimento fornecida no âmbito do contrato de concessão foi baixada mediante anuência da ANEEL em 30/04/2020.

24 Transações com partes relacionadas

a. Remuneração de Administradores

Até 31 de dezembro de 2020 o total destinado à remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$ 814 (R\$ 666 em 31 de dezembro de 2019).

b. Saldo em aberto com Partes Relacionadas

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2020	31/12/2019
Passivo				
Itumbiara Transmissora de Energia	Fornecedores	Custo de O&M	6.214	6.211
		Total	6.214	6.211
Dividendos a pagar				
Copel Geração e Transmissão S.A.	Dividendos	Dividendos	14.606	16.172
State Grid Brazil Holding	Dividendos	Dividendos	15.202	16.833
		Total	29.808	33.005

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2020	31/12/2019
Resultado (Despesas)				
State Grid Brasil Holding – Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	324	313
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Custo operacional	Custo de O&M	<u>1.066</u>	<u>9.034</u>
			<u>1.390</u>	<u>9.347</u>

25 Evento Subsequente

Em 09 de fevereiro de 2021 foi publicada a Resolução Autorizativa (REA) 9693 que autoriza a Companhia a implantar reforços em suas instalações de transmissão. O objeto da REA é a implantação de um banco de reatores na subestação de Marimbondo com prazo de construção de até 30 meses. A companhia espera iniciar o investimento no segundo semestre de 2021.